

O informante.

Os Judeus Portugueses de Londres segundo Sebastião José de Carvalho e Melo

Carla Vieira¹

CHAM – FCSH/NOVA-UAç

CESAB

Resumo:

A 1 de Novembro de 1738, era remetida à enviatura portuguesa em Londres uma encomenda de livros e informações sobre a religião judaica e, em particular, os judeus portugueses. A missão, iniciada por Marco António de Azevedo Coutinho, seria continuada pelo seu sucessor Sebastião José de Carvalho e Melo, o qual contou com as relações próximas que mantinha com membros da Nação Portuguesa para a recolha de dados. Os resultados encontram-se coligidos num códice da Colecção Pombalina (n.º 684), conservado na Biblioteca Nacional de Portugal. Listas de livros, comentários bibliográficos, documentos e informações dispersas que reflectem a vida religiosa e social dos judeus de Londres e dos cristãos-novos ibéricos – materiais diversos, muitos com origem no interior da própria comunidade judaica, que acabam por sustentar a perspectiva do Outro.

Palavras-chave:

Judaísmo; Criptojudaísmo; Livros; Diplomacia; Nação Portuguesa

Abstract:

On the 1st of November of 1738, the Portuguese envoy extraordinary in London was required to collect books and information on the Portuguese Jews and their religiosity. This task was carried by Marco António de Azevedo Coutinho and continued by his successor, Sebastião José de Carvalho e Melo, who based his mission on the close relationship that he cultivated with Portuguese Jews. The results of this work are collected in a codex from *Colecção Pombalina* (n.º 684), at the National Library of Portugal. There are lists of books, comments on bibliography, documents and a variety of data that mirrors the religious and social life of the Portuguese Jews of London, as well as of the Iberian New Christians. Although some of this information had its origin in the Carvalho e Melo's contacts within the “Nação Portuguesa”, it was used to support an outsider's perspective on this community and its faith.

Keywords:

Judaism; Crypto-Judaism; Books; Diplomacy; Nação Portuguesa

Quando Sebastião José de Carvalho e Melo assumiu a enviatura extraordinária em Londres, não só se comprometeu a representar os interesses de Portugal junto da corte inglesa, como também herdou uma missão que o seu antecessor, Marco António de Azevedo Coutinho, deixara em aberto. A 1 de Novembro de 1738, Coutinho fora incumbido de procurar todos os livros que “pudesse achar

1 Doutorada em História. Investigadora do Centro de História d'Aquém e d'Além Mar (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores) e da Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa). cccvieira@gmail.com.

pertencentes a ritos hebraicos”. O enviado recebera então uma lista com o tipo de livros e informações a obter². Acontecia que a missão de Coutinho em Londres já tinha, oficialmente, chegado ao fim, entretanto nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Para o substituir, indicara o nome do primo Sebastião José de Carvalho e Melo, o qual foi indigitado enviado extraordinário ainda em Julho de 1738, tendo embarcado de Lisboa para Londres em Outubro. Mas Coutinho ainda permaneceu na capital britânica até o Outono de 1739³. Durante este período, teve a oportunidade de recolher alguns livros, os quais levou consigo quando embarcou para Lisboa. Porém, esta era uma missão exigente que só pela iniciativa do seu sucessor ficaria completa.

1. Sebastião José de Carvalho e Melo e os Judeus Portugueses de Londres

Desequilíbrios e tensões – assim se pautava a aliança luso-britânica na perspectiva do novo enviado extraordinário na corte inglesa. O Tratado de Methuen não resultara em vantagens recíprocas para ambos aliados. Os privilégios de que os mercadores britânicos auferiam em Portugal não tinham paralelo nos que gozavam os mercadores portugueses na Grã-Bretanha. O ouro do Brasil enchia os cofres britânicos através da importação de manufacturas inglesas, dos juros, dos custos dos fretes, dos seguros e, por fim, do contrabando. Com apreensão, eram igualmente encarados os avanços militares das tropas britânicas na América do Sul. Na sequência da guerra anglo-espanhola, as ambições britânicas naquele território teriam crescido e, segundo Carvalho e Melo, começavam a representar uma ameaça às colónias portuguesas. Um plano engendrado, anos antes, por um judeu português residente em Londres, João da Costa, sugeria a criação de uma colónia britânica entre o Rio Grande de S. Pedro e a colónia do Sacramento⁴.

Grande era a desconfiança de Carvalho e Melo face aos interesses comerciais dos judeus de Londres nas colónias portuguesas. Sobretudo, dos judeus portugueses. Numa relação remetida a 2 de Janeiro de 1741, o enviado argumentava que, não obstante as suas origens, estes apenas “consideram a pátria onde gozam da liberdade e o desterro onde têm o castigo ou a sujeição” e é em Inglaterra que “têm seguras as pessoas e as fazendas”. Assim, “são imensos os capitais que naquele negócio [contrabando] têm ganhado os Judeus destas partes”. Para tal, beneficiavam da grande amplitude geográfica das suas redes de contactos, por onde circulavam mercadorias, capitais e informação: “Todos têm nas Índias irmãos, primos, parentes ou consócios que com estes fazem os interesses comuns. [...] Achando-se pois espalhados por todas as conquistas e muitos deles com poder e aliança com as principais pessoas

2 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), liv. 16, fol. 39v. Em anexo, encontra-se a lista com as instruções para a encomenda (aparenta ser o documento original).

3 Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal: o Homem, o Diplomata e o Estadista*, Lisboa, [s. n.], 1987, p. 32. José Barreto, “Introdução”, in Sebastião José de Carvalho e Melo, *Escritos económicos de Londres (1741-42)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1986, pp. IX-X.

4 Kenneth Maxwell, *Pombal: Paradox of the Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 4-5. Vide também a carta de Carvalho e Melo de 24 Janeiro 1740 in Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Colecção Pombalina*, cod. 655, fols. 10-11v.

com quem os introduzem [...] resulta de tudo não haver segredo ou interesse naqueles países, como nos nossos, que seja oculto”. Assim, a presença inglesa na fronteira das colónias portuguesas sul-americanas beneficiaria, seguramente, desse *modus operandi* da diáspora mercantil sefardita: “Para se comunicarem com os Judeus da Nova Espanha, têm os do Norte Surinão e das ilhas de Curaçao e da Jamaica, onde a esse fim se vão estabelecer muitos destas partes. [...] Da mesma sorte anelam os Judeus poder plantar-se em lugar de meterem o proveito a parcialidade dos seus parentes e nacionais que vivem no Brasil”. Carvalho e Melo temia que os britânicos se estivessem a preparar para colocar em prática o plano de João da Costa, apoiando-se em capitais judaicos⁵.

Capitais judaicos estariam também por detrás do desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e a Grã-Bretanha. Na chamada *Relação dos gravames*, Carvalho e Melo referia a “perniciosa extracção do ouro, que sai de Portugal em equivalente dos lanifícios” importados de Inglaterra. Os mercadores ingleses estabelecidos em Portugal, segundo o enviado, “não são mais que simples comissários” que, em poucos anos, acumulavam fortuna e “se recolhem à sua terra com cabedais imensos”⁶. Sem o referir directamente, o enviado decerto saberia que uma parte significativa desses “comissários” britânicos representavam os interesses de mercadores judeus de Londres⁷. O próprio Lord Tyrawly já havia comentado, anos antes, que “the greatest dealers of Portugal in our woollen goods are the Jews in London”⁸.

Muitos deles chegaram a Inglaterra evadidos da perseguição inquisitorial. Um boa parte converteu-se ao Judaísmo, contribuindo para engrossar, em termos demográficos, mas também de ascendência social e económica, a comunidade judaica de Londres⁹. A fuga operava-se em navios de guerra britânicos ou nos paquebotes que faziam a carreira regular entre Lisboa e Falmouth, com a cooperação dos mestres de navios e sob a cumplicidade de mercadores e representantes diplomáticos britânicos¹⁰. Carvalho e Melo conhecia esta situação: “Posso dizer a V. Ex.^a que estou assaz informado de que é raro entre nós o homem de Nação que não esteja com os olhos no caminho para estas partes, e que somente se dilatam nos nossos domínios até fazerem os grossos cabedais que neles cumulam, se antes

5 BNP, *Pombalina*, cod. 656, fols. 11v-13.

6 “Relação dos gravames que ao comercio e vassallos de Portugal se tem inferido...”, in Carvalho e Melo, *Escritos Económicos...*, pp. 78-79.

7 Charles R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire – 1415-1825*, Londres, Hutchinson, 1969, p. 334.

8 Carta de Lord Tyrawly para o Duque de Newcastle, 13 Janeiro 1732. Citada por Richard D. Barnett, “Diplomatic Aspects of the Sephardi Influx from Portugal in the Early Eighteenth Century”, *Transactions & Miscellanies (Jewish Historical Society of England)*, vol. 25, 1973-75, p. 218.

9 Vide Albert Hyamson, *The Jews in England*, Londres, Methuen & Co., 1928, pp. 74-97; Cecil Roth, *A History of the Jews in England*, Oxford, Clarendon Press, 1942, pp. 200-202, passim; Todd M. Endelman, *The Jews of Britain, 1656 to 2000*, Berkeley, University of California Press, 2002, pp. 41-78.

10 Vide Barnett, “Diplomatic Aspects...”; David Francis, *Portugal 1715-1808. Joanine, Pombaline and Rococo Portugal as Seen by British Diplomats and Traders*, Londres, Tamesis Book Limited, 1985, pp. 39-40.

de os ajuntarem os não faz sair desses reinos o medo da fogueira”¹¹. Sabia-o pelas relações que nutria em Londres. Tinha em Jacob de Castro Sarmiento o seu médico pessoal, de quem recebia pareceres que iam bem além dos remédios para as suas (muitas) maleitas; obtinha crédito junto de homens de negócio judeus como Francisco Salvador, Daniel de Flores ou Diogo de Aguilar; e, quando abandonou o cargo, foi ao judeu Jacob Pereira que confiou o envio dos pertences que deixara em Londres. Através destes e doutros contactos com a Nação Portuguesa de Londres, Carvalho e Melo conseguiu reunir as informações necessárias para cumprir a missão herdada do seu antecessor.

2. A encomenda

“Devem-se procurar os livros e memórias, apontamentos e papéis seguintes, assim em Londres como em todas as mais partes que se puderem achar”: assim era introduzida a encomenda remetida a Coutinho¹². A lista que se lhe segue divide-se em duas partes essenciais. Numa primeira, são enumerados os tipos de livros a ser adquiridos e enviados para Lisboa: bíblias usadas pelos judeus; Talmud; colectâneas dos 613 preceitos e livros “de direcção para a sua observância”; livros cerimoniais, de orações, “por donde administram as circuncisões e matrimónios, e enterram os mortos” e “por onde ensinam a lei e cerimónias”; obras dos principais rabinos; catálogos “dos seus santos antigos e modernos” e calendários religiosos; “livros e memórias dos judeus para observância dos seus costumes” e os “das suas instruções e regras, principalmente desde o tempo em que foram expulsos de terras católicas até o presente”, incluindo os que tocam “a Espanha e especialmente a Portugal”; “livros de opinião que seguem, ensinam ou espalham pelo mundo” e os que se referem aos penitenciados pelo Santo Ofício; sermões; papéis, apontamentos e memórias sobre a Inquisição e os judeus portugueses e espanhóis; e, em suma, “tudo o mais de livros e memórias, etc., que se puderem achar a respeito dos judeus”. Já no final da lista, são pedidos mais livros que informem sobre o quotidiano dos judeus e criptojudeus, nomeadamente aqueles “por onde aprendem a Lei”, os utilizados “assim para orações, como para o seu governo” e obras de polémica.

Portanto, o objetivo era reunir uma autêntica biblioteca com as principais obras, litúrgicas e não só, que sintetizassem as bases e as práticas do Judaísmo coetâneo, bem como as perspectivas cultivadas pelos judeus da diáspora sobre a Inquisição e os cristãos-novos peninsulares.

Numa segunda parte da lista, as instruções são para a recolha de informações sobre os judeus portugueses de Londres e os criptojudeus de Portugal e Espanha. Eis as instruções:

- “Faça-se delação de tudo o que se souber a respeito dos judeus portugueses, antigos e modernos, que se acharam nessas partes e ao presente estejam nessas partes.”
- “Dar-se-á notícia se os judeus dão alguma veneração e qual às imagens e memórias dos que foram relaxados, não só profitentes, mas os outros.”

11 BNP, *Pombalina*, cod. 656, fol. 11v.

12 ANTT, MNE, liv. 16, fol. 39v. Uma cópia parcial desta mesma lista encontra-se em BNP, *Pombalina*, cod. 684, fols. 112-113.

- “Quais são os cristãos-novos que se acham nessas partes que se tenham declarado profítenes da Lei de Moisés e se estes se circuncidaram e como supriram a circuncisão e quais os que se não têm declarado.”
- “Deve-se também tomar informação se dessas partes se mandam alguns instrutores ou mestres às terras dos católicos, especialmente a Portugal, em que forma e com que disfarce, e que instruções e livros trazem, e se trazem livros da Lei ou cartilhas, ou papéis para espalhar.”
- “Se mandam assistir e de que modo e por que pessoas, aos judeus pobres e aos cristãos-novos, principalmente a Portugal, e se se fintam e como para isto.”¹³

3. Sobre os livros

Se Coutinho levou alguns dos livros adquiridos para Lisboa logo no Outono de 1739¹⁴, foi Carvalho e Melo quem completou a missão, comprando ou mandando comprar vários impressos e manuscritos, não só em Londres, como também em Paris ou nas cidades holandesas¹⁵. Para tal, o enviado recorreu a intermediários judeus, homens de sua confiança, como o já referido Jacob de Castro Sarmiento¹⁶ ou um “Jeuda Senior Henriques” que assina uma lista de livros remetidos de Haia em Setembro de 1740¹⁷.

A facilidade com que Carvalho e Melo se movia junto da Nação Portuguesa de Londres potenciou os bons resultados da sua demanda. A 23 de Junho de 1741, no mesmo paquebote em que remeteu dois volumes hebraicos do “Rabino Hayon”, um deles “tão raro que no mundo não há mais de cem corpos”¹⁸, Carvalho e Melo enviou um Sepher Torah “manuscrito em África” que adquirira ao herdeiro do judeu português Gaspar Dias de Almeida, “sendo pessoa do meu conhecimento”, a um preço bem inferior ao esperado, pois “o homem ignorante, como criado no nosso reino, onde se não professa o Judaísmo, pedia desproporcionadamente menos do que custam os tais Sephers”¹⁹.

Quando Carvalho e Melo regressou em Lisboa, em finais de 1743, alguns dos livros que havia adquirido ainda permaneceram em Londres por alguns anos. No fim de Dezembro de 1747, em carta ao seu secretário e procurador na capital britânica, Francisco Caetano, mencionava um caixote no gabinete da sua antiga casa em Audley Street contendo “uns livros judaicos que faziam parte da

13 ANTT, MNE, liv. 16, fol. 39v.

14 BNP, *Pombalina*, cod. 684, fols. 44-46v.

15 Ibidem, fols. 14-17v.

16 “Recebi do Sr. Bento Manuel vinte e quatro shillings pela importância dos Livros de Jejuns, Dinim, Biblias españolas, maps, &.^a, que comprei para o Ex.^{mo} S. Enviado de Portugal. Londres, em Junho 23, 1740. J. de Castro Sarmiento” (Ibidem, fol. 10).

17 Ibidem, fol. 14v.

18 Possível referência à obra de Nehemiah Hiyya ben Hayon *Oz le-Elohim* (Berlim, 1713). Carvalho e Melo acrescenta que esse volume era aquele sobre o qual “verte a resposta de David Neto”, uma referência à obra *Esh Dat ó Fuego Legal* (Londres, 1715). Vide Raphael Loewe, “The Spanish Supplement to Nieto's *Esh Dath*”, *Proceedings of the American Academy for Jewish Research*, vol. 48, 1981, pp. 267-296.

19 BNP, *Pombalina*, cod. 656, fols. 161-162v.

coleção que Sua Majestade me mandou fazer” e dava ordens para que estes fossem entregues a Jacob Pereira e remetidos para Hamburgo²⁰. Desconhecemos se alguma vez teriam chegado a Lisboa.

Infelizmente, não conseguimos identificar todos os volumes que foram comprados e enviados para Portugal. Restam apenas algumas listas de livros, dispersas e não exaustivas, bem como os comentários do próprio Carvalho e Melo. O enviado tentou interpretar a intenção da encomenda além do que estava escrito. Se havia dois tipos de obras sobre a fé judaicas, as de “autores cristãos que escreveram somente ao fim de instruir os leitores com a erudição dos antigos costumes dos israelitas” e as escritas pelos “rabinos que compuseram para regular na prática a observância cerimonial do povo infeliz”, como “em Portugal e Espanha são vulgares os ditos escritos nas grandes bibliotecas, concluí que a minha instrução nesta parte vertia somente sobre os segundos, os quais pela cautela com que os guardam os Hebreus, são entre nós raríssimos”²¹.

Analisando as listas de parte dos livros remetidos para Lisboa, constatamos que os de autores judeus constituem, de facto, a maioria. Contudo, ao avançarmos nos comentários de Carvalho e Melo, verificamos o lugar de destaque atribuído a algumas fontes cristãs. A obra mais citada acaba por ser a *Bibliotheca Hebraea* de Johann Christoph Wolf, editada em Hamburgo, em quatro volumes, entre 1715 e 1733²². Segue-se-lhe um outro título de referência em matérias bíblicas, o *Dictionnaire historique, critique, chronologique, géographique et littéral de la Bible* de Antoine Augustin Calmet (Paris, 1722-1728). Entre os autores judaicos, duas obras se destacam: *Nomologia o Discursos Legales* de Imanuel Aboab (Amesterdão, 1629)²³ e *Arbol de Vidas en el qual se contienen los dinim mas necessarios que deve observar todo Israel* de Abraham Vaez (Amesterdão, 1692)²⁴. Esta última é, ao lado das fontes orais, a principal referência de Carvalho e Melo nos seus apontamentos sobre a vivência do (cripto)judaísmo pelos cristãos-novos ibéricos²⁵. Segundo o enviado, o principal objectivo de Vaez quando compôs *Arbol de Vidas* era o de instruir os cristãos-novos ibéricos na fé judaica, visto tratar-se de uma súmula de curta dimensão “para se mandar mais comodamente aos ditos reinos e se guardar neles com maior cautela”²⁶. Além destes dois títulos, outras obras são citadas directamente e comentadas por Carvalho e Melo, entre as quais *Los cinco Libros de la Sacra Ley* de Joseph Franco

20 BNP, *Pombalina*, cod. 664, fols. 91v-93v.

21 BNP, *Pombalina*, cod. 684, fol. 24.

22 *Bibliotheca Hebraea* aparece mencionado num catálogo da biblioteca pessoal de Sebastião José de Carvalho e Melo enquanto enviado extraordinário em Londres. Vide BNP, *Pombalina*, cod. 165.

23 Vide Moisés Orfali, “O Desterro de Portugal na Historiografia de Imanuel Aboab”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, III série, vol. 1, 2000, pp. 211-228.

24 Vide Cecil Roth, “Vaez, Abraham”, *Encyclopaedia Judaica*, vol. 16, Jerusalém, Keter Publishing House, 1971, col. 52; Gérard Nahon, *Les “Nations” Juives Portugaises du Sud-Ouest de la France (1684-1791)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1981, pp. 331-345, passim.

25 Vide BNP, *Pombalina*, cod. 684, fols. 108-111v.

26 Ibidem, fol. 42v-43.

Serrano (Amesterdão, 1695), *Tesoro de Preceptos* de Isaac Athias (Amesterdão, 1649)²⁷, *Memoria de los 613 Preceptos de la Ley* de Selomoh Sasportas (Amesterdão, 1727), *Orden de bendiciones y de las ocaiones en que se deven dezir* de Isaac de Mattathias Aboab (Amsterdão, 1687)²⁸, e *Thesouro dos Dinim* de Menasseh ben Israel (Amsterdão, 1710)²⁹. Na sua opinião, estes e outros títulos não passavam de meros “abreviários, compêndios, [...] todos mais próprios para originar dúvidas que para removê-las”³⁰. Porém, eram os possíveis, dada a especificidade da encomenda, a qual exigia que os livros remetidos fossem escritos “na língua latina, castelhana, portuguesa, italiana e francesa”³¹. Aliás, a queixa sobre a escassez de livros redigidos noutras línguas que não o hebraico é uma constante ao longo dos apontamentos de Carvalho e Melo.

Mas os títulos que o enviado conseguiu reunir ou comentar foram bem além dos simples compêndios de rituais e costumes. Por exemplo, encontramos referências a várias “dissertações polémicas da sua religião e costumes, e invectivas contra os nossos”, como a *Apoloxia Repuesta y Declaracion de las Setenta Semanas de Daniel* de Isaac Lupercio ou o *Discurso circa il stato de gl'Hebrei* de Simone Luzzatto³².

Um outro tópico que, decerto, seria do máximo interesse das autoridades portuguesas consistia de livros sobre a Inquisição e os “judeus” de Portugal. Carvalho e Melo não é particularmente prolixo na referência de títulos neste âmbito. Porém, não deixa de enumerar as *Notícias reconditas y posthumas del procedimiento de las inquisiciones de España e Portugal*³³, “um conto sobre a origem da Inquisição e desterro dos Hebreus” da autoria de Jacob Israel Belmonte³⁴, a *Consolação das Tribulações de Israel* de Samuel Usque, e o “livrinho” *Esperança de Israel* de Menasseh ben Israel³⁵.

27 A edição original é de Veneza, 1627 (Cf. Meyer Kayserling, *Bibliotheca Española-Portuguesa-Judaica*, Strasbourg, Charles J. Trubner, 1890, pp. 14-15). A edição citada por Carvalho e Melo foi impressa na casa de Samuel Ben Israel Soeiro, em Amesterdão, em 1649.

28 Trata-se da edição de Benjamin Senior Godines do manuscrito de Aboab.

29 “Este Rabino Menasses é o que melhor convém para os Portugueses e Castelhanos”. Carvalho e Melo acrescenta que era por este livro que se administravam “as cerimónias da Lei em castelhano” (BNP, *Pombalina*, cod. 684, fol. 117).

30 *Ibidem*, fol. 25.

31 Lisboa, ANTT, MNE, liv. 16, fol. 39v.

32 Lisboa, BNP, *Pombalina*, cod. 684, fol. 128. A primeira edição da obra de Isaac Lupercio (ou Luperio) é publicada em latim (Basileia, 1658). O título em castelhano mencionado por Carvalho e Melo será, possivelmente, a de um manuscrito da mesma obra, talvez a cópia feita em Roterdão em 1730 referida por Kayserling. (Cf. Kayserling, *Bibliotheca...*, pp. 64-65).

33 Este livro aparece entre os que Coutinho trouxe para Lisboa (BNP, *Pombalina*, cod. 684, fol. 46v).

34 *Ibidem*, fol. 140. Carvalho e Melo alega ter tomado conhecimento do dito “conto” através de Miguel de Barrios (*Triumpho del gobierno popular*) e Paulo de Pina (*Diálogos dos Sete Sagrados Montes*). Na “Relacion de los Poetas y Escritores Españoles de la Nacion Judayca Amstelodama”, Barrios escreve “Contra la Inquisicion Jacob Belmonte/ Un canto tira del Castalio Monte”. (Cf. Meyer Kayserling, “Une Histoire de la Littérature Juive de Daniel Levi de Barrios”, *Revue des Études Juives*, vol. XVIII, 1889, pp. 281-282.)

35 BNP, *Pombalina*, cod. 684, fols. 134 e 136.

Sobre os penitenciados pelo Santo Ofício e a veneração concedida à memória dos relaxados, Carvalho e Melo acrescenta o *Tratado da Imortalidade da Alma* (Amesterdão, 1623) de Samuel da Silva, *Elogios que zelosos dedicaron a la felice memoria de Abraham Nuñez Bernal* (Amesterdão, 1655), *Triumpho del gobierno popular* (Amesterdão, 1683) de Miguel de Barrios, e *Providencia Divina de Dios con Ysrael* (Antuérpia, 1690, manuscrito) de Saul Levi Mortera³⁶. Mas “o livro mais diabo” era, de acordo com o enviado, a “carta de Moisés de Toledo, conteúda no pequenino volume intitulado «Devotas advertências»”³⁷. Logo “no prólogo se vê que foi escrito para fazer desertar todos os cristãos-novos” e, a dada altura, “fala do Brasil por modo que se vê que os Judeus é que incitaram os Holandeses àquela conquista para terem onde ir enriquecer em Lei de Moisés”, terminando com um “catecismo de novos reconvertidos”.

Os resultados e métodos de tal “catequização” são descritos com pormenor por Carvalho e Melo no conjunto de apontamentos que dedica ao quotidiano e vivência religiosa dos judeus de Londres e, sobretudo, dos judaizantes de Portugal.

4. Sobre os “judeus”

Esses apontamentos sustentam-se, essencialmente, em fontes orais e documentos pertencentes à comunidade judaica de Londres, exceção feita às referências constantes à obra de Vaez, *Arbol de Vidas*, e a uma breve menção a *Questões e discursos académicos* de Abraham Cohen Pimentel³⁸. Contudo, a identificação das fontes orais é vaga. Um só nome surge noutra parte do manuscrito: “Em 18 de Fevereiro de 1740, falei com o judeu Jacob da Costa e em natural conversação tirei dele a informação seguinte [...]”³⁹. Seria este Jacob da Costa “o informante” ou “a pessoa que empreguei para explorar a matéria”, nas palavras de Carvalho e Melo⁴⁰? Nada podemos afirmar a esse respeito. Eram vários judeus portugueses com quem o enviado mantinha contacto regular e qualquer um deles poderia ser o dito informante.

Baseado nas suas confidências e num “manuscrito que vi em uma família que veio de Lisboa”, Carvalho e Melo começa por abordar o ensino da duplicidade religiosa nos lares dos cristãos-novos: “Assim que os filhos entram em idade de 9 anos, principiam os pais a mostrar-lhes grande amor e carinho, dando-lhes prendas, e fazendo-lhes a vontade, de sorte que eles vêm com pouco tempo a perder aquele respeito e temor que de antes tinham. Aos 13 anos, pouco mais ou menos, segundo a capacidade de cada um o pede, entram os pais a descobrir-lhe o secreto da religião judaica que os

36 Ibidem, fol. 139.

37 Ibidem, fol. 149. Trata-se de *Devotas advertencias, y dinim de la Tephilah, y la obligacion del aprendizaje de la Ley* (Frankfurt, 1641).

38 Ibidem, fol. 111v.

39 Ibidem, fol. 151.

40 Ibidem, fols. 108v-109.

inocentes até àquele tempo ignoram”. Os pais revelavam então a sua ascendência judaica, instruíam os filhos nos princípios da “crença na Lei de Moisés” e ensinavam-lhes o “fingimento que eles devem mostrar” em público⁴¹. Alguns enviavam mesmo os filhos, principalmente os primogénitos, para onde pudessem aprender “estudos hebraicos”. Londres seria um dos destinos de eleição⁴².

Outro cuidado dos pais era o de prepararem os filhos para a possibilidade futura de virem a ser presos. Ensinavam-lhes “de memória uma coarctada confessativa” que consistia “em primeiro lugar, o dizer que o ensinou na idade referida tal pessoa, a qual é sempre um parente morto ou ausente”. Carvalho e Melo refere igualmente uma “relação” das pessoas que deveriam ser declaradas na confissão, a qual “dão todos os anos os nomes delas”. Seriam, possivelmente, os nomes dos presos confessos. Não obstante o segredo inquisitorial, este género de informação extravasa frequentemente, como o enviado bem sabia e os inquisidores melhor ainda. Aliás, uma das vias pelas quais ocorria tais fugas de informação é descrita por Carvalho e Melo. Além da dita coarctada confessativa e de outra negativa (“esta é só ensinada a pessoas dotas e de idade capaz”), os pais também ensinavam “uma explicação dos sinais que todos da nação sabem para que nos cárceres se comuniquem”, nomeadamente “um abecedário de pancadas que formam e executam nas partes dos cárceres, de sorte que os vizinhos, de uns aos outros, vêm no conhecimento de todos e sabem o estado dos livramentos e saúde, como também os dias de festas e jejuns”⁴³. Era o chamado “ABC”, correntemente mencionado nos processos inquisitoriais⁴⁴.

Sobre os rituais e celebrações guardados pelos judaizantes, Carvalho e Melo enumera os jejuns do Quipur e da Rainha Ester, o Purim e as Páscoas da *Pessah*, das Flores e das Cabanas: “como estas entram ordinariamente sempre como vésperas das nossas cristãs, eles fazem entender aos criados que os preparos são para elas”⁴⁵. Mais difícil seria esconder essas práticas dos próprios cônjuges, quando estes não partilhavam a mesma “qualidade de sangue”. Segundo Carvalho e Melo, o homem que se casava com cristã-velha era “tido e havido entre eles por danado e lhe ficam com má vontade”. Assim, procuravam “casar-se sempre com primos e sobrinhos”, para o que iam a Roma requerer a dispensa necessária, alegando em juramento “todas as falsidades que podem servir a ser ela barata”⁴⁶. Nem o

41 Ibidem, fol. 108v.

42 Ibidem, fol. 110v.

43 Ibidem, fol. 109.

44 Um exemplo: “[...] neste tempo, um homem preso nestes cárceres, no corredor onde estive o dito tempo [...] ensinou a ela declarante e à dita Branca de Pina a falar pelo Abc, batendo [...]”. ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1316, fol. 3 (Confissão de Beatriz Manuel, moradora em Lisboa, presa a 3/10/1618).

45 BNP, *Pombalina*, cod. 684, fol. 109. A referência ao Purim é bastante invulgar entre as práticas judaicas referidas pelos processados pela Inquisição portuguesa e encontra-se ausente do Monitório de 1536, bem como dos monitórios e éditos posteriores (Vide “Monitório do Inquisidor Geral...” in *Collectorio de diversas letras apostolicas, provisões reaes, e outros papeis, em que se contém a Instituição, e primeiro progresso do Sancto Officio em Portugal...*, Lisboa, 1596). Note-se, porém, que a fonte citada é o livro de Vaez, ao invés das confidências do informante anónimo.

46 BNP, *Pombalina*, cod. 684, fol. 109v.

juramento sobre os Evangelhos os inibia, pois “é tido e havido por mau juramento, ainda aquele dado na Escritura do Testamento Velho é da mesma forma, pois só têm por juramento aquele que é sobre pragas”⁴⁷. A falta da dispensa papal também não constituía um impedimento: “se necessário é, as recebem, dando-lhe cadocim (que é um anel) com testemunhas, e ficam casados pela sua Lei”⁴⁸.

Outras consequências surgiam dos casamentos mistos: “todos aqueles que em Portugal se casam com cristãs-velhas, é certo o induzi-las e as fazerem judias”, tal como acontecia com as criadas e as escravas⁴⁹. Alargando o espectro: “todas as pessoas de letras que em Portugal os servem ou lhe são inclinadas, os têm por judeus encobertos”. Um dos exemplos referidos por Carvalho e Melo para ilustrar esta ideia é o do Padre António Vieira, do qual os judeus “guardam o seu retrato e usam ler e ter as suas obras”. Os próprios teriam “publicado” o rumor de que o jesuíta vivera e morrera como judeu e que, na Holanda, “se declarou várias vezes com um rabino famoso que então vivia”⁵⁰.

Um outro tópico abordado são os rituais fúnebres judaicos mantidos pelos cristãos-novos. Além das tradicionais referências à preparação do corpo, nomeadamente ao amortalhamento em lençol de linho novo, Carvalho e Melo menciona outras práticas mais invulgares, como a colocação de uma porção de “terra santa” junto ao corpo e de “uma pérola fina, certamente uso antigo, a meu entender de Jerusalém” na boca do morto. Ainda mais interessante é a referência ao costume dos cristãos-novos ricos de Lisboa enterrarem os seus entes falecidos no convento da Trindade “por serem sepulturas novas”⁵¹. A mesma menção é feita pelo contratador João da Costa Vila Real, no seu processo inquisitorial, quando recorda o funeral do médico Simão Lopes Samuda, enterrado na Trindade, “em razão de [a terra] ser mais alta e costumarem ir a enterrar àquele sítio os cristãos-novos”⁵².

Passando às relações entre os cristãos-novos portugueses e os judeus de Londres, Carvalho e Melo afirma que “não há família em Portugal que não esteja com a vontade e diligência de vir para estas terras”. Por sua vez, os que permaneciam em terras portuguesas e tinham dinheiro “continuamente o estão mandando, e ainda os que têm pouco, sempre socorrem os parentes pobres que por cá se acham”⁵³. O enviado conhecia as carências por que passavam alguns dos judeus portugueses de Londres. Jacob da Costa confidenciara-lhe que, na cidade, existiam 50 a 60 casas de “Judeus grossos e de cabedal importante”, enquanto 300 famílias portuguesas e castelhanas viviam em privação⁵⁴.

47 Ibidem, fol. 111. Carvalho e Melo menciona Vaez como fonte desta informação.

48 Ibidem, fol. 109v.

49 Ibidem, fol. 110v.

50 Ibidem, fol. 110v. Referência à relação de Vieira com Menasseh ben Israel. Vide António José Saraiva, “António Vieira, Menasseh ben Israel et le cinquième empire”, *Studia Rosenthaliana*, vol. VI, 1972, pp. 25-57.

51 BNP, *Pombalina*, cod. 684, fols. 109v-110.

52 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2366, fols. 124v-125.

53 BNP, *Pombalina*, cod. 684, fol. 110.

54 Ibidem, fol. 151.

De facto, crescendo demográfico da comunidade judaica de Londres na primeira metade de Setecentos, fruto não só das vagas migratórias ibéricas mas, sobretudo, do fluxo de judeus asquenazitas, acentuara os desequilíbrios⁵⁵. A situação era minorada através da generosidade dos judeus mais endinheirados e da iniciativa da própria congregação. Carvalho e Melo informa: “os ricos são fintados pela mensa da sua sinagoga, que eles chamam Parnasim, para a contribuição e sustento dos pobres, o que vai tão longe que só essa lista vai a mais de 50 libras estrelinas”, apenas uma parte da colecta total de mais de 400 libras anuais angariada pela Bevis Marks⁵⁶.

Mas a solidariedade não se estendia aos “gentios”. No comércio, “todos têm por lícito e livre de restituição todo o género de fazenda que poderem haver assim tirada aos cristãos”⁵⁷. Como vimos, a propensão para o contrabando por parte dos judeus de Londres é uma ideia recorrente na correspondência de Carvalho e Melo. Menos coerente com o seu quotidiano de enviado extraordinário em Londres, em permanente convívio com mercadores e letrados judeus, é um outro apontamento: “[...] os Judeus, assim que convidam qualquer gentio (como eles dizem, goyo) a jantar, se costumam benzer à mesa em língua hebraica e pedem a Deus dê a sua bênção a todo o judeu que se acha a ela, excepto o goyo, que seja amaldiçoado”⁵⁸. Talvez Carvalho e Melo não temesse a maldição, pois por várias vezes partilhara a mesa com judeus, uma prática que até era bastante comum entre os representantes diplomáticos portugueses na capital britânica.

5. Notas finais

“É bem verdade que todas as cerimónias que hoje se praticam tanto em Holanda como em Inglaterra saíram das sinagogas de Portugal e Espanha”⁵⁹. A ideia de continuidade transparece dos apontamentos de Carvalho e Melo. Aos olhos do enviado, os cristãos-novos ibéricos e os judeus de Londres estavam unidos não só por um passado comum, como também por um contacto permanente que sobreviveu à distância geográfica e à perseguição religiosa. Os rituais praticados na Bevis Marks de Londres espelhavam a herança ibérica. Os judeus mais desfavorecidos contavam com a solidariedade dos seus congéneres na capital britânica, mas igualmente dos parentes que permaneciam em Portugal. Por sua vez, a partir de Londres, era encorajada e até patrocinada a fuga para Inglaterra. Os próprios resquícios de ritualidade judaica sobreviventes nos lares cristãos-novos eram “refrescados” pelos contactos com o exterior: os livros que circulavam, os “mestres” que vinham de fora.

Tal imagem coincidia com a perspectiva vigente em Portugal. Cristão-novo era sinónimo de judeu. Através destes últimos, dos seus costumes, da sua religiosidade e dos seus escritos, talvez fosse

55 Endelman, *The Jews of Britain...*, pp. 41-43.

56 BNP, *Pombalina*, cod. 684, fol. 151.

57 Ibidem, fol. 111.

58 Ibidem, fol. 111.

59 Ibidem, fols. 24v.

possível conhecer melhor a “heresia” inerente a quem carregava, desde o berço, a mancha do “sangue hebraico”. E, como é claro, actuar mais eficazmente contra esta. Supomos que seria este o principal objectivo da encomenda feita a 1 de Novembro de 1738.

Assim, Carvalho e Melo escrevia sobre esses “miseráveis”, esses “judeus idiotas”⁶⁰. Os mesmos a quem confiava a vida e a bolsa. Deles conheceria, decerto, as histórias de perseguição e fuga. Jacob de Castro Sarmiento, Diogo de Aguilar, Francisco Salvador, todos cristãos-novos tornados judeus. Na perspectiva de Carvalho e Melo, tal não passava de duas faces da mesma moeda, pois “a observância da Lei de Moisés obriga a todos os que são descendentes de família judaica, em qualquer lugar e tempo em que se achem”⁶¹. Palavras escritas pelo mesmo homem que, décadas depois, faria cair por terra a distinção legal entre cristãos-novos e cristãos-velhos.

60 Ibidem, fols. 25v, 47.

61 BNP, *Pombalina*, cod. 656, fol. 11.